



SUMÁRIO

Apresentação, 07

» Eixo Temático: Trabalho, Cultura e Gênero, 09

» Eixo Temático: Segurança Alimentar – Produção e Consumo, 17

» Eixo Temático: Economia Solidária e Organização Coletiva, 37

Anexos







APRESENTAÇÃO

Caras educandas,

A Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha, integrante da Rede de Formação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, a partir dos acúmulos teórico-metodológicos advindos das experiências educativas desenvolvidas e com o intuito de contribuir com as políticas públicas de inclusão social, firmou convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para desenvolver o **Projeto de Educação Integral d@s Trabalhador@s e as Redes Solidárias de Alimentação** na região do Cantuquiriguaçu e Paraná Centro.

O presente projeto tem como objetivo fortalecer a organização produtiva de mulheres da região na perspectiva da Economia Feminista Solidária, articulando as dimensões socioeconômicas, políticas e culturais de gênero, visando à emancipação e melhoria da qualidade de vida das mulheres participantes. O projeto abrange 15 municípios da Região do Cantuquiriguaçu e Centro Paraná: Marquinho, Porto Barreiro, Goioxim, Laranjeiras do Sul, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Palmital, Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Campina do Simão, Turvo, Candói e Prudentópolis.

Dessa forma, as ações formativas do projeto pretendem integrar experiências e aprofundar saberes para fortalecer a construção coletiva de uma Rede Solidária de Alimentação na região, em sintonia com as preocupações relativas à promoção da Igualdade de Gênero, à Economia Feminista e Solidária, Sistemas de Produção Sustentáveis, Segurança Alimentar e Nutricional e à Participação e Controle Social das políticas públicas.

No programa formativo, a partir dos pressupostos da Educação Integral busca-se promover novas reflexões sobre a condição das mulheres rurais recolocando a importância do trabalho feminino, no sentido de propiciar maior autonomia e emancipação pautados em valores democráticos de equidade de gênero e de solidariedade para a construção de uma proposta de gestão diferenciada nos processos de trabalho na produção de alimentos.

O Caderno de Apoio Pedagógico II que ora apresentamos foi organizado como um referencial para os estudos, debates e reflexões na apreensão de novos conhecimentos em torno dos seguintes Eixos Temáticos: **1) Trabalho, Gênero e Cultura; 2) Segurança Alimentar: produção e consumo e 3) Economia Solidária e Organização Coletiva.** Os Percursos Formativos buscarão um trabalho integrado entre os saberes e experiências trazidos por cada participante e os conteúdos/temas propostos, de forma contextualizada.

Bom estudo!

Sônia Solange dos Santos Viana - Diretora Geral
Rosana Miyashiro e Aline Maria Salami - Coordenação Pedagógica



PROJETO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL D@S TRABALHADOR@S E AS REDES SOLIDÁRIAS DE ALIMENTAÇÃO NA REGIÃO DO CANTUQUIRIGUAÇU E PARANÁ CENTRO.

2ª. OFICINA

OBJETIVOS:

- Promover o debate sobre as políticas públicas para a agricultura familiar e instrumentalizar as participantes para a operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE ;
- Discutir o papel das mulheres no controle social das políticas públicas.

TEMAS/CONTEÚDOS

- Procedimentos básicos para acesso e operacionalização o PNAE (legislação, chamada pública e documentação);
- Noções sobre cardápios saudáveis e sustentáveis (boas práticas de fabricação: processamento e entrega de produtos);
- Experiências em empreendimentos populares e a perspectiva das Redes Solidárias de Alimentação;
- Espaços públicos de controle social das políticas públicas e a organização coletiva das mulheres.

Trabalho, Gênero e Cultura



TRABALHO, GÊNERO E CULTURA



O eixo temático **TRABALHO, GÊNERO E CULTURA** envolve os estudos e as reflexões acerca das questões de gênero em nossa sociedade. Numa perspectiva histórica, buscamos apreender como foram sendo construídos socialmente os papéis masculinos e femininos.

A categoria Trabalho é base de nossa abordagem integral dos conhecimentos assentada na realidade concreta. Destacamos duas dimensões importantes do Trabalho: a ontológica e a histórica. A dimensão ontológica diz respeito ao trabalho como processo de mediação entre o ser humano genérico e a natureza para a produção da existência, processo esse que o diferencia dos outros animais (Marx). Trata-se de uma ação intencional que conforma a base objetiva na qual mulheres e homens produzem e reproduzem suas vidas. É a partir desse pressuposto que compreendemos a cultura. Isto é, tomamos o trabalho como fundante da práxis humana que constitui as múltiplas formas de sociabilidade dos seres sociais (normas, valores, processos de comunicação / linguagens / representações, cooperação, divisão do trabalho, etc.).

A dimensão histórica do trabalho refere-se ao trabalho do modo de produção capitalista, que é marcado pela transformação da força de trabalho em mercadoria. A exploração do trabalho então é voltada à acumulação e ao lucro capitalista e não às necessidades de produção de existência da sociedade. A partir da tensão dessa dupla dimensão do trabalho (ontológica e histórica) é que abordamos os aspectos culturais, políticos, sociais e econômicos produzidos em nossa sociedade para promover, numa perspectiva crítica, a problematização das relações sociais de gênero construídas historicamente.

Ao tomar o Trabalho como princípio educativo, a proposta formativa pressupõe a investigação da realidade, a sistematização e a socialização de saberes de cada participante como fonte de análise de seus aspectos contraditórios para uma nova reflexão coletiva sobre a possibilidade humana (liberdade) de transformação do real em contraposição à ideia fatalista e naturalizadora das relações sociais de opressão e exploração.

Dessa forma, o presente caderno busca subsidiar a 2ª. Oficina, em continuidade às reflexões e debates iniciados na 1ª. Oficina, tendo como objetivos problematizar as visões disseminadas sobre as mulheres veiculadas pelos meios de comunicação de massa bem como discutir as questões relativas à valorização social do trabalho feminino em nossa sociedade.

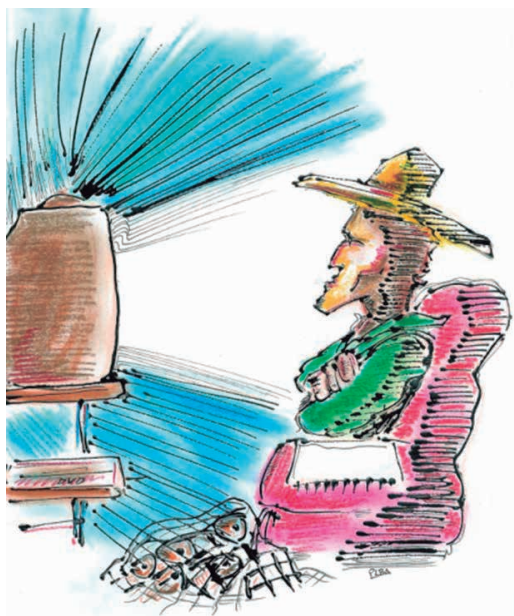
MATERIAIS A SEREM ABORDADOS:

- » Materiais de publicidade.
- » Tiras e Vídeo Mafalda.
- » Relações sociais de gênero: igualdade e equidade.
- » A “tripla jornada” das mulheres na produção familiar rural.



AS MULHERES NA MÍDIA

ATIVIDADE 1



O modo como as mulheres são representadas na mídia, na maioria das vezes, reproduz o modo como elas são vistas e percebidas hegemonicamente na sociedade. Ou seja, são retratadas de forma idealizada: jovem, magra, linda, “feminina”, submissa e delicada. Nos comerciais e em publicidade de produtos, geralmente as mulheres são tratadas como objeto sexual, como esposa ou mãe também de forma estereotipada.

Todas essas mensagens que recebemos diariamente, principalmente através da televisão (sejam em comerciais, programas de entretenimento, telenovelas, telejornais, etc.) acabam por influenciar nossas visões sobre o mundo que nos cerca e sobre os papéis de cada um na sociedade, sem mesmo nos darmos conta disso.

Por essa razão, é fundamental que paremos um momento para refletir sobre como os meios de comunicação de massa tratam dos assuntos e que interesses representam. Provavelmente, na pesquisa indicada na Oficina I, sobre como a mulher aparece na mídia nos dias atuais, tais elementos apontados devem estar presentes. Será que conseguimos identificá-los?

Um exercício interessante seria montar um painel com os materiais coletados nas pesquisas realizadas. Após as apresentações das razões da escolha e uma breve análise do material escolhido, poderia ser feito um trabalho de análise de imagens.

TRABALHO DE ANÁLISE DE IMAGENS

Com a turma dividida em pequenos grupos, observar as imagens para a análise coletiva sobre as visões que aparecem sobre a mulher a partir das publicidades abaixo.

Seguem algumas orientações para a observação das imagens:

- » Quais as características das mulheres (idade, padrões estéticos, raça/etnia etc.)?
- » Em quais locais elas aparecem?
- » Como estão vestidas?
- » O que mais chama a atenção no conjunto da imagem?

PUBLICIDADE	QUAIS IDEIAS NOS REMETEM
	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

ATIVIDADE 2 - Trabalho em Grupos



Com base no nosso acúmulo até agora sobre a questão de gênero (leituras de textos, dinâmicas, leitura de imagens e vídeos etc.) poderíamos a partir das tiras e do vídeo da Mafalda, produzirmos também algumas histórias em quadrinhos ou charges (desenhos) ou mesmo propagandas que expressem a nossa visão sobre a condição das mulheres.



Assistir ao vídeo: MAFALDA

Momento de Síntese:

- » Socializar os trabalhos elaborados, sistematizando os principais elementos acerca das representações das mulheres na mídia e na sociedade.



TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

SUBSÍDIOS PARA DEBATE:

Texto 1 RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO: IGUALDADE E EQUIDADE

Ocorre com certa frequência a confusão entre os termos *equidade* e *igualdade*. Ao pesquisarmos essas palavras no dicionário encontramos as seguintes acepções:

» **Equidade**

s.f. Disposição para se reconhecer imparcialmente o direito de cada um, equivalência ou igualdade. Característica de algo ou alguém que revela senso de justiça, imparcialidade, isenção, neutralidade etc. P.ext. Lisura, correção no modo de agir ou opinar, honestidade e integridade.

Fonte: <http://www.dicio.com.br/equidade/>. Julho/2012

» **Igualdade**

s.f. Qualidade das coisas iguais. Relação entre coisas iguais: igualdade de dois números. Qualidade do que é plano, liso: igualdade de um terreno. Princípio pelo qual todos os cidadãos podem invocar os mesmos direitos: igualdade política, civil. Uniformidade, continuidade: igualdade de ânimo.

Fonte: <http://www.dicio.com.br/igualdade/>. Julho/2012

Ao lermos os significados das palavras equidade e igualdade, não conseguimos ainda ter uma ideia mais clara da sua importância quando as utilizamos no contexto do debate de gênero. Primeiramente é preciso considerar, a partir de nossos debates até o momento, que existem papéis social e historicamente construídos em torno do feminino e do masculino. Tais formulações não vêm ao acaso, pois, como também já estudamos, os papéis atribuídos aos homens e mulheres são fruto de interesses e relações de poder instituídos em nossa sociedade, a partir da naturalização de algumas diferenças, inclusive as biológicas, para justificar as desigualdades de gênero.

Estas têm uma longa e complexa história, mas o que nos interessa neste momento é pensarmos nas implicações e/ou mudanças a partir da questão da equidade. Talvez o termo igualdade seja insuficiente na medida em que consideramos que homens e mulheres são diferentes, que não significa ser “melhor” ou “pior”. Portanto, cabe discutirmos como alcançamos direitos iguais para todos na sociedade, considerando as diferenças existentes entre os sujeitos (sejam diferenças de gênero, étnico-racial, geracional etc.).

A luta por políticas públicas no caso da igualdade entre os gêneros prevê a incorporação do conceito de equidade, que permite um tratamento desigual para os desiguais, o que se traduz em políticas públicas e ações afirmativas em relação às mulheres. O objetivo é superar as desigualdades sociais existentes a partir da premissa da justiça social, que exigem mudanças nas legislações, a formulação de programas e políticas governamentais específicas para que se avance na inclusão social e política dos grupos historicamente marginalizados.

Texto 2

A “TRIPLA JORNADA” DAS MULHERES NA PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL

O trabalho pode ser dividido em três categorias principais: trabalho produtivo, trabalho reprodutivo e trabalho comunitário. Os “papéis” das mulheres envolvem trabalhos de todas estas categorias e nos referimos a isto como a “tripla jornada” das mulheres. Estas três categorias são explicadas a seguir:

» **Trabalho produtivo:** envolve a produção de bens e serviços para o consumo e comércio (agricultura, pesca, emprego e trabalhos autônomos). Quando se pergunta às pessoas o que elas fazem, a resposta geralmente relaciona-se ao trabalho produtivo e, em especial, ao trabalho que é pago ou que gera renda. Tanto as mulheres quanto os homens podem se envolver em atividades produtivas, mas, para a maior parte das pessoas, suas funções e responsabilidades irão se diferenciar de acordo com a divisão sexual do trabalho. O trabalho produtivo das mulheres é, em geral, menos visível e menos valorizado que o dos homens.

» **Trabalho reprodutivo:** envolve o cuidado e a manutenção da casa e dos seus membros, incluindo ter filhos/filhas e cuidar deles, preparar comida, coletar água e lenha, fazer compras, limpar a casa e cuidar da saúde da família. O trabalho reprodutivo é crucial para a sobrevivência humana ainda que raramente seja considerado um “verdadeiro trabalho”. Em comunidades pobres, o trabalho reprodutivo é, para maioria das pessoas, um trabalho manual e intensivo que consome muito tempo. É quase sempre de responsabilidade de mulheres e meninas.

» **Trabalho comunitário:** envolve a organização coletiva de eventos e serviços sociais: cerimônias e celebrações, atividades de melhoria da comunidade, participação em grupos e organizações, atividades políticas locais, etc. Este tipo de trabalho raramente é considerado nas análises econômicas da comunidade. No entanto, ele envolve uma quantidade considerável de tempo voluntário, é importante para o desenvolvimento espiritual e cultural das comunidades e, ainda, serve como um veículo para a organização comunitária e para a autodeterminação. Tanto as mulheres quanto os homens se envolvem nas atividades comunitárias, embora a participação de cada um se realize de maneira a reproduzir os papéis sociais estabelecidos pela sociedade.

Muito provavelmente as mulheres, os homens, os meninos e as meninas estão envolvidas e envolvidos em todas as três áreas de trabalho. Em muitas sociedades, no entanto, as mulheres fazem quase todo o trabalho reprodutivo e muito do trabalho produtivo. Qualquer intervenção em uma área irá afetar as outras. A carga de trabalho das mulheres pode impedi-las de participar em projetos de desenvolvimento. Quando elas participam, o tempo extra dedicado à agricultura, à produção, à formação ou às reuniões, significa menos tempo para outras tarefas, tais como cuidar das crianças e preparar a comida.

Fonte: ESCOLA SINDICAL SUL. *Relações sociais: gênero e geração*

(in: caderno 16 do Projeto Terra Solidária- Tuma 1999-2000), Florianópolis/SC, Escola Sul/Deser/Fórum Sul dos Rurais da CUT, 2000.



ATIVIDADE 3: Trabalho em grupos

Leitura dos dois textos acima em grupos para subsidiar os debates e reflexões sobre o trabalho e as relações sociais de gênero. Depois, cada grupo pode discutir e sistematizar as questões orientadoras abaixo e socializar em cartazes os resultados do debate para as demais companheiras.

- a) Listar no quadro abaixo as várias tarefas que podem representar cada uma das principais categorias de trabalho e, principalmente, quem as realiza (homem ou mulher, criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso):

Trabalho reprodutivo	
Trabalho produtivo	
Trabalho comunitário	

- b) O que é necessário para modificar a situação das mulheres que enfrentam uma tripla jornada de trabalho e não são valorizadas?

- c) Quais os reflexos destes papéis sociais construídos para os homens e para as mulheres nas condições da juventude rural atual?

Segurança Alimentar: Produção e Consumo



SEGURANÇA ALIMENTAR: PRODUÇÃO E CONSUMO

No eixo temático *SEGURANÇA ALIMENTAR: PRODUÇÃO E CONSUMO* iremos abordar o padrão alimentar altamente industrializado focando a problemática da publicidade de alimentos direcionado às crianças e a obesidade infantil para discutirmos as alternativas possíveis com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Na sociedade moderna, a dimensão do consumo de alimentos envolve a complexidade do modelo de produção agrícola hegemônico e a questão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que é um conceito abrangente, de natureza interdisciplinar. Isto é, envolve o debate sobre o acesso a alimentos de qualidade, práticas alimentares saudáveis, práticas sustentáveis de produção, protagonismo social e direitos humanos. Refere-se também a um conjunto de políticas públicas, de responsabilidade do Estado com controle da sociedade civil organizada, que visa garantir a toda população brasileira o direito a uma vida com dignidade, onde o alimento saudável é tratado como direito e não como mercadoria que restringe seu acesso somente àqueles com condições econômicas.

Esse debate junto às mulheres agricultoras ganha enorme relevância, principalmente quando abordamos as dimensões da produção e do consumo de alimentos, problematizando o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, a erosão da cultura alimentar e a crescente industrialização dos alimentos. Nesse sentido se faz premente a ressignificação do ser agricultora, contemplando os desafios para a permanência das jovens no meio rural, tendo como referência criar outras bases para se pensar a relação entre o ser humano e a natureza, cujo modelo de desenvolvimento local responda aos interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores e contenha estratégias de promoção do direito à alimentação adequada no meio rural a partir da realidade dos municípios.

MATERIAIS A SEREM ABORDADOS:

- » *Globalização, alimentação e identidade cultural*, de Rosana Miyashiro e Renata Carvalho de Oliveira
- » *Um cardápio gordo em casa e na TV*
- » *Aquisição da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar: Passo a passo*
- » Música: *Comida*, Titãs
- » Vídeo: *Criança, a alma do negócio*, Instituto Alana.

ALIMENTOS PARA COMER, ALIMENTOS PARA PENSAR!

ATIVIDADE 1:



O modelo atual de consumo de alimentos está baseado no excesso de alimentos de alto valor energético, ricos em sódio, açúcar refinado simples e gordura e na diminuição no consumo de fibras. A economia de escala global e a indústria de alimentos desempenham um papel importante, devido à gama de produtos distribuídos e ao suporte publicitário envolvido. Segundo dados do IBGE, a partir da década de 1990, a importação de alimentos industrializados cresceu significativamente (somente de 1992 a 1995 aumentou 409%). Nos últimos 20 anos, houve

aumento no consumo de alimentos congelados, biscoitos, salgadinhos, embutidos, refrigerantes e cerveja. No mesmo período, observou-se um declínio no consumo de alimentos característicos da mesa dos brasileiros como o feijão e o arroz. Como consequência, os hábitos alimentares foram sendo alterados e tendo impactos na saúde da população. Os estudos epidemiológicos sinalizaram a relação entre *esta* dieta e doenças crônicas não transmissíveis como diabetes, hipertensão, sobrepeso e obesidade, e outras.

Para estimular as reflexões e os debates sobre as mudanças alimentares e o papel dos pais e das organizações sociais frente a essa problemática, vamos assistir um trecho do documentário *“Criança, a alma do negócio”*, que mostra a estratégia atual da publicidade é transformar as crianças em potenciais consumidores, com poder de influenciar nas decisões de compras da família. O resultado é devastador: crianças que, aos cinco anos, reconhecem as marcas de todos os salgadinhos mas não sabem os nomes de frutas e legumes e com inúmeros problemas de saúde.

Depois do documentário, deve-se escrever no quadro abaixo quais aspectos achou mais importante do vídeo para socializar com o grupo.

ATIVIDADE 2: Estudos com textos

Proposta de trabalho em grupos:

1. Leitura e debate em grupos para subsidiar as reflexões sobre as questões levantadas (cada grupo se dedica ao estudo de um texto)
2. Após os estudos, socializar os conteúdos em cartaz com as companheiras do outro grupo.

Texto 1

GLOBALIZAÇÃO, ALIMENTAÇÃO E IDENTIDADE CULTURAL

A cozinha, popular e doméstica, mantida durante séculos pelos camponeses e passada de geração a geração, cuja matéria-prima provinha das hortas familiares de cultivo de produtos da região e das estações do ano, possibilitava uma variedade e abundância de alimentos e a reprodução das tradições culturais.

Mudanças significativas foram observadas nas formas de preparo e de consumo dos alimentos desde a Revolução Industrial, no século XIX.

É preciso lembrar que a constituição da classe operária com a Revolução Industrial a partir do processo de êxodo rural dos trabalhadores e a formação das cidades tipicamente urbanas produziram novas formas de sociabilidade. Se para o proletariado o preparo e o consumo dos alimentos significaram adaptar-se a nova realidade do mundo do trabalho sendo a praticidade e o baixo custo dos alimentos a condição de sua reprodução como força de trabalho nas indústrias, para a burguesia a alimentação ganha novos contornos e relaciona-se a ostentação e ao poder econômico com a ampliação do consumo de bens.

Lembramos também que no século XX, com o processo migratório dos trabalhadores a partir da Segunda Guerra Mundial, um enorme contingente populacional desloca-se entre as regiões do planeta, abandonando sua terra natal. Ao estabelecerem-se em novos territórios em meio a culturas diferentes, esses imigrantes se defrontaram com hábitos e costumes desconhecidos e estranhos. Dessa forma, a preservação de suas tradições constituía-se numa estratégia de não diluir suas raízes, de reviver sua cultura para não perder o total reconhecimento de si mesmo, de seu povo.

Mas, a maioria dessa população, consciente das dificuldades para o retorno ao país de origem, busca integrar-se e adaptar-se a nova cultura. Dessa forma, a inevitável troca entre diferentes culturas constituiu também, digamos, uma nova cultura.

No entanto, esse processo de integração cultural foi se alterando com o advento da industrialização dos alimentos e da comercialização de novos produtos por grandes redes.

No Brasil, com o processo de industrialização, no período entre os anos 50 e 70, há uma profunda mudança nos hábitos e costumes com a instituição de padrões de produção e de consumo próprios dos países desenvolvidos do capitalismo, sendo que nos anos 60 os primeiros *shopping* e supermercados, como aborda o historiador Fernando Novaes, iniciam no país: *“o hábito de comer fora... Para as refeições rápidas, os privilegiados se dirigiam a lanchonetes badaladas e, depois, aos fast-foods, o primeiro do Brasil foi o Bob’s do Rio de Janeiro. Os outros nos dias de trabalho, aos bares, às lanchonetes baratas, onde comiam o prato feito, conhecido como PF, ou um sanduíche, moda que também foi se arraigando”...*

Porém, não podemos pensar todas essas mudanças sem considerar o papel dos meios de comunicação de massa na disseminação de novos hábitos e na “mundialização da cultura”, como aborda Renato Ortiz. Por meio da veiculação em todo o planeta de marcas e produtos, a economia e a cultura são facetas da mesma lógica e assim, são reconhecidos mundialmente “*Marlboro, Euro Disney, Fast-food, Hollywood, chocolates, aviões, computadores*”, independentemente das culturas locais, que vão sendo absorvidas. Daí surgem, por exemplo, os Mac Donald’s, o costume de passear em shopping, a introdução de palavras estrangeiras no vocabulário como: office-boy, beef, (nossa carne para bife), Marketing, etc.

Na atualidade, no chamado processo de globalização, a cozinha industrial torna-se uma referência nos estilos de vida. Na massificação do consumo e homogeneização dos hábitos alimentares, temos a convivência de culturas regionais e tradicionais com a cultura padronizada dos self-services e fast-food.

Dessa forma, “*os produtos e as maneiras de cozinhar se associam assim às classes sociais. O fogão elétrico, os talheres, o uísque, a mesa, a não separação entre os sexos no momento da refeição tornam-se sinais de distinção social, e se afastam do comer com as mãos, dos potes, do chão onde se deposita a comida, do vinho de dendê, enfim da tradição*”...(Ortiz, 2000)

Como vemos, a lógica da expansão mercadológica da alimentação produz um duplo movimento, de diferenciação (de classe) e de homogeneização (do consumo) das culturas como, por exemplo, a comida árabe e a chinesa, que foi massificada nos restaurantes e *fast-food’s* utilizando-se da estratégia de inserção de novos hábitos alimentares mesclando e introduzindo culturas diferentes em contextos culturais distintos.



Referências bibliográficas

MARX, Karl. *A Maquinaria e a Indústria Moderna*, in *O Capital, Crítica da Economia Política, Livro I, Vol. I*, São Paulo : Civilização Brasileira, 1975
 NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil: capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo : Cia da Letras, 1998.
 ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo : Ed. Brasiliense, 2000.

Texto elaborado por Rosana Miyashiro e Renata Carvalho de Oliveira. Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha

QUESTÕES ORIENTADORAS PARA LEITURA E DEBATE EM GRUPO

1. Observando a sua realidade (família, comunidade, vizinhança) você percebe que houve mudança na alimentação? O que mudou da época de sua infância? Houve mudanças em relação ao tipo de alimento e na forma de preparo?

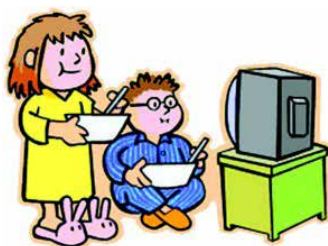
2. Que alimentos você costuma comprar no supermercado?

3. Quais alimentos seu (s) filho (s) mais pedem para comprar? O que você faz e/ou diz?

4. Na hora das refeições é comum a televisão ficar ligada? Quais as razões da situação apontada?

Texto 2

UM CARDÁPIO GORDO EM CASA E NA TV



(...) Oito milhões de crianças do Brasil estão acima do peso, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados em 2010. Isso equivale a 33,5% dos indivíduos de cinco a nove anos do País. Nos últimos 20 anos, os casos de obesidade infantil mais do que quadruplicaram. Para o nutricionista Alexander Pitas, os dados revelam que a educação alimentar, desde cedo, é deficiente. “Pais que não se alimentam direito não ensinam corretamente seus filhos. Do outro lado, a mídia vende alimentos não saudáveis e muitas vezes com informações falsas”, relata.

E a TV exerce sua influência: quatro horas e 51 minutos foi o tempo médio que as crianças assistiram à televisão, em 2005, de acordo com o Instituto Brasileiro de





Opinião Pública e Estatística (Ibope). Pitas monitorou as propagandas durante a programação infantil das duas maiores emissoras do País, por uma semana. “Todas as propagandas alimentícias eram de alimentos não saudáveis”, conta. Do total de peças publicitárias de alimentos na TV, em todos os horários, 96,7% são de produtos gordurosos e com alto teor de açúcar ou sal, segundo pesquisa da Universidade de Brasília (UnB), de 2009.

A falta de esclarecimentos sobre nutrição, aliada a um mercado publicitário de grande impacto, com o uso de cores, movimentos, músicas e mascotes, influencia a alimentação de crianças e adolescentes. “As mães sentem dificuldades em controlar o tempo das crianças em frente à TV. A maioria delas, cerca de 80%, acabou comprando em algum momento os alimentos que as crianças sugeriam, sobretudo *fast-foods* e refrigerantes.” (...)

Legislação da publicidade



O questionamento do nutricionista Pitas fica por conta da veracidade do que é divulgado pelas propagandas. “A publicidade dá uma ideia errada sobre a qualidade nutricional e vende alimentos ricos em açúcares e gorduras como se fossem saudáveis”, diz. Ao coletar relatos de crianças, ele notou que era comum, por exemplo, a ideia de que sucos artificiais em pó são saudáveis, pois nas peças publicitárias tais produtos costumam estar associados a imagens de frutas. Para Gino Giacomini Filho, há uma luta desigual entre o marketing que reforça maus hábitos alimentares e o acesso a informações sobre alimentação saudável.

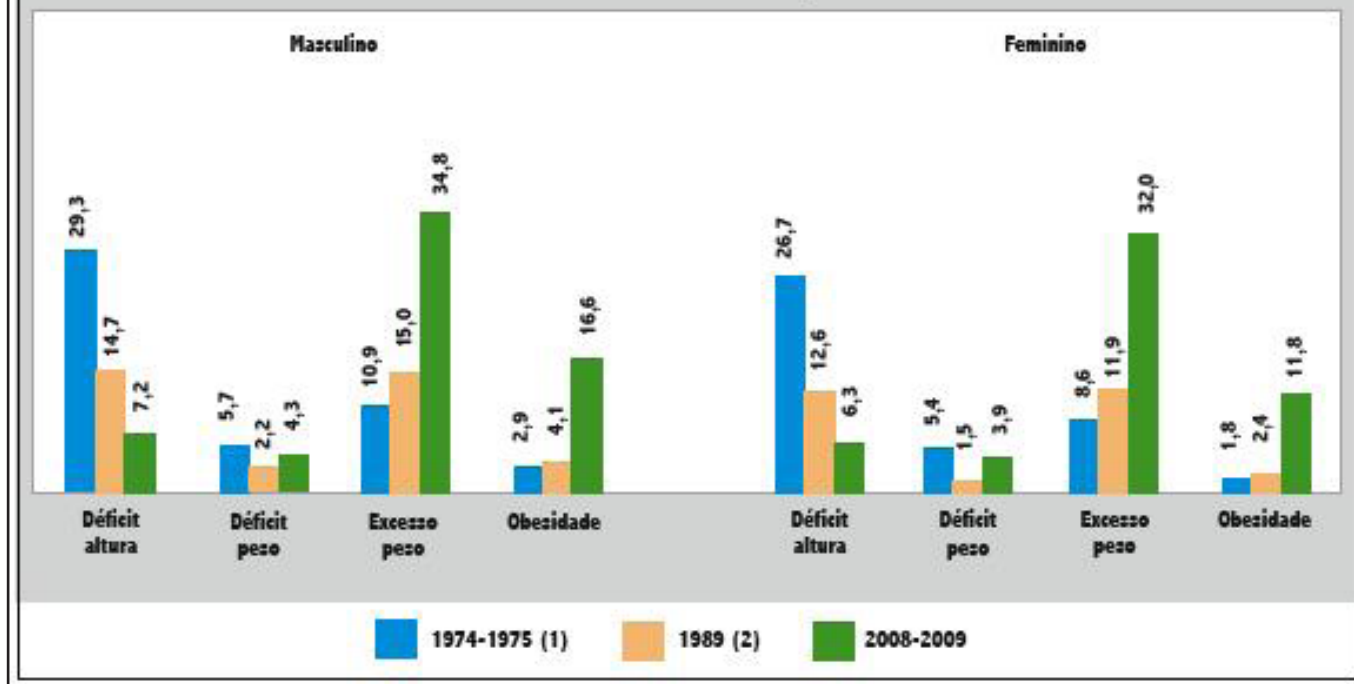
As mensagens irregulares estão previstas na resolução nº 24/2010, da Anvisa. Essa norma proíbe que peças publicitárias informem que o alimento vendido seja completo (que possua todos nutrientes de que os consumidores precisam) ou que seja capaz de substituir outro alimento natural, ou garanta saúde ou desestime o aleitamento. Essa resolução, porém, foi questionada pela Associação Nacional das Indústrias de Biscoito (Anib) que conseguiu barrar sua aplicação. (...)

Para Pitas, a proibição da propaganda voltada ao público infantil é uma boa solução para barrar o crescimento dos casos de obesidade e sobrepeso entre crianças e adolescentes. “Nos últimos anos, o número de fumantes caiu no Brasil. Parte disso se deve à proibição da propaganda de cigarros na TV. Se reduzimos esse tipo de publicidade, reduzimos os estímulos para fumar”, exemplifica. Um projeto de lei que proíbe a propaganda para crianças está em tramitação no Congresso Nacional desde março de 2011.



O professor Giacomini se utiliza do mesmo exemplo de Pitas. “Assim como na questão do tabagismo, as ações firmes do governo, a criação de uma legislação específica e a contribuição dos meios de comunicação poderão trazer um cenário melhor para a questão da publicidade infantil”, revela. Mas ele adverte: “Nada substitui a articulação da sociedade, em que a conscientização, a educação, o combate ao consumismo desencorajarão esse marketing antissocial”.

Evolução de indicadores antropométricos na população de 5 a 9 anos, por sexo - Brasil - períodos 1974-1975, 1989 e 2008-2009



Fonte: <http://espaber.uspnet.usp.br/espaber/?materia=um-cardapio-gordo-em-casa-e-na-tv>.

QUESTÕES ORIENTADORAS PARA LEITURA E DEBATE EM GRUPO

1. Que alimentos você costuma comprar no supermercado?

2. Quais alimentos seu filho/neto mais pedem para comprar? O que você faz e/ou diz?

3. Na hora das refeições é comum a televisão ficar ligada? Quais as razões da situação apontada?

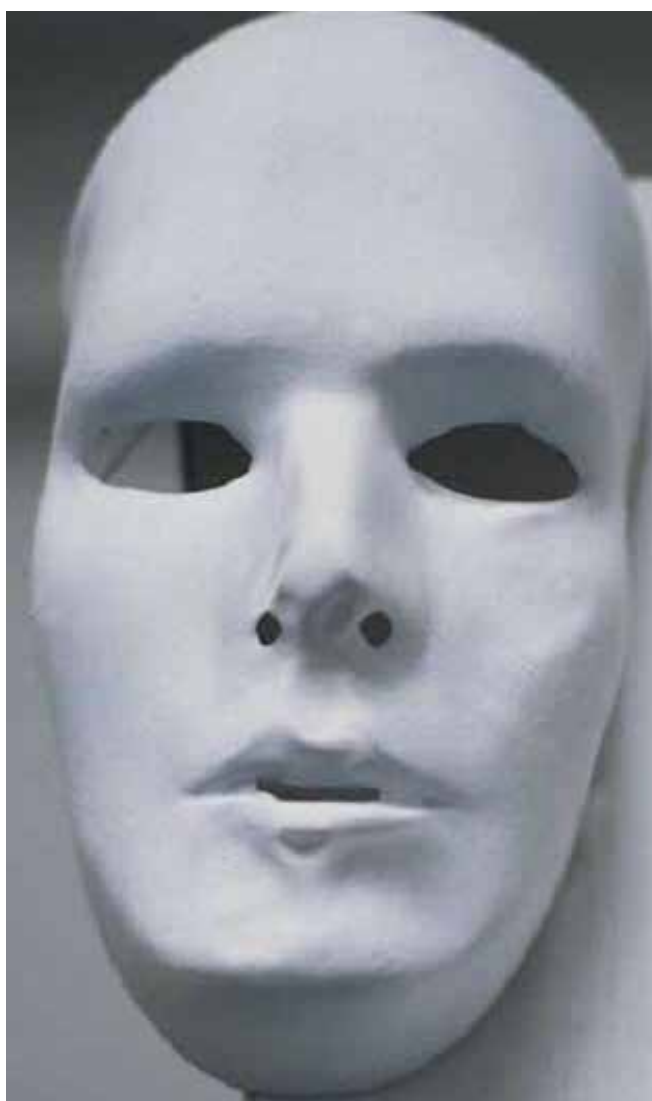
4. As crianças de sua casa ficam quanto tempo (em média) por dia assistindo a televisão?

5. Faça uma observação dos dados do gráfico e escreva com suas palavras o que você entendeu.

ATIVIDADE 3:

A seguir, vamos ouvir a música Comida, de Titãs e com base nas reflexões provocadas pelos textos e na própria letra da música, podemos organizar nossas ideias a partir do seguinte questionamento:

“Você tem fome e sede de quê?”



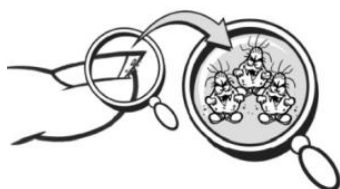
COMIDA (Titãs)
Composição: Arnaldo Antunes / Marcelo Fromer / Sérgio Britto

Bebida é água.
Comida é pasto.
Você tem sede de que?
Você tem fome de que?
A gente não quer só comida,
A gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida,
A gente quer saída para qualquer parte.
A gente não quer só comida,
A gente quer bebida, diversão, balé.
A gente não quer só comida,
A gente quer a vida como a vida quer.
Bebida é água.
Comida é pasto.
Você tem sede de que?
Você tem fome de que?
A gente não quer só comer,
A gente quer comer e quer fazer amor.
A gente não quer só comer,
A gente quer prazer pra aliviar a dor.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer dinheiro e felicidade.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer inteiro e não pela metade.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: O CASO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A partir da aprovação da Lei 11.947 em 2009, os agricultores podem vender alimentos para a alimentação escolar. Para os agricultores é uma possibilidade de aumentar a renda familiar, ter o seu trabalho valorizado, estimular formas solidárias de organização da produção e da comercialização e garantir a permanência no campo. Os estudantes, por sua vez, podem ter acesso a uma alimentação diversificada e orgânica respeitando a sazonalidade e a cultura alimentar. Entretanto, não é suficiente plantar alimentos sem agrotóxicos para termos uma alimentação saudável. É importante cuidar também da qualidade sanitária e microbiológica dos alimentos, ou seja, é preciso evitar a deterioração e/ou contaminação dos alimentos provocada por microorganismos que podem causar diarreias, vômitos, náuseas e levar o indivíduo à morte.

A contaminação pode ocorrer de forma visível (fio de cabelo, pedra, unha, brinco, insetos, etc.) ou invisível ao olho humano (bactérias, fungos, vírus, parasitas, etc.).



Para evitar essas situações alguns cuidados de higiene são importantes na hora de manipular os alimentos. Qualquer pessoa que entra em contato com os alimentos de forma direta ou indireta no serviço de alimentação é chamado de *manipulador de alimento*, portanto deve ter a responsabilidade de entregar, preparar e servir alimentos saudáveis.



O manipulador deve fazer sua **higiene pessoal** cotidiana (tomar banho, escovar os dentes, lavar e secar bem os pés, lavar os cabelos, cortar as unhas, fazer a barba e o bigode, etc.); usar uniforme completo (avental, touca, sapatos fechados, sem adornos como brincos, anéis, correntes e outros) e não espirrar, tossir, mascar chiclete e utilizar celular enquanto manipula os alimentos. E lembrar sempre de lavar bem as mãos após utilização do banheiro!



Os cuidados no **armazenamento dos alimentos** devem ser: colocar os alimentos em estantes e estrados (nunca diretamente no chão), manter portas e janelas com telas, providenciar local sem umidade e com temperaturas adequadas. **Acondicionamento na geladeira:** alimentos que são servidos crus sempre acima. Não lavar ovos e não usá-los quando a casca estiver rachada.



Com os **utensílios** a limpeza deve ser lavados? imediatamente após o uso com sabão. Não misturar tábuas de vegetais e de carnes. Não esfregar panelas de alumínio com palha de aço. Não usar colheres e panelas de alumínio ao mesmo tempo.





No **preparo dos alimentos**: limpeza diária das bancadas e pisos e quinzenal de tetos, paredes e luminárias. Limpeza anual da caixa d'água. Manutenção dos equipamentos de segurança do trabalho.

Atenção: Para maiores informações sobre as Boas Práticas para Serviços de Alimentação pode-se consultar a RDC nº 216/2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CUIDADO ESPECIAL COM A HIGIENIZAÇÃO DOS VEGETAIS:

1. Retirar partes estragadas;
2. Lavar em água corrente, folha por folha;
3. Desinfetar por 15 minutos em solução clorada (1 colher de sopa de água sanitária ou hipoclorito em 1Lt de água);
4. Enxaguar em água corrente;
5. Retirar o excesso de água.



ATIVIDADE 4: Observando os cuidados higiênicos...

Em grupo, observe as figuras e escreva no quadro quais são os erros apresentados e o que deveria ser mudado para garantir uma produção segura de alimentos.



FIGURA 1



FIGURA 2



FIGURA 3



FIGURA 4

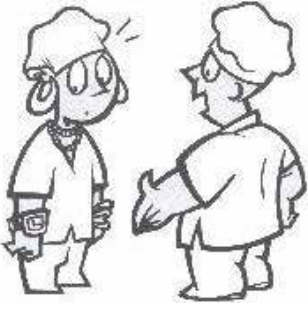


FIGURA 5



Com a orientação da educadora, ao final da atividade deve-se fazer um quadro geral com os principais cuidados em relação a: higiene do manipulador de alimentos, limpeza, organização e adequação do local de produção e armazenamento dos alimentos.



QUADRO GERAL DAS BOAS PRÁTICAS DE ALIMENTAÇÃO

	COMO DEVE SER
Higiene do manipulador de alimentos	
Local de produção dos alimentos (limpeza, organização e estrutura física)	
Armazenamento dos alimentos	

Somente após serem tomados os cuidados para garantir um alimento de qualidade nutricional através da produção agroecológica e de qualidade sanitária por meio dos cuidados higiênicos é que teremos um alimento seguro e saudável que poderá ser consumido pelos estudantes nas escolas.

ATIVIDADE 5:

Neste momento, é oportuno socializarmos com todas as companheiras a tarefa da primeira oficina, trazendo dados da realidade da comunidade/município em relação ao acesso e aos desafios para a implementação dos programas institucionais para que possamos discutir o Programa Nacional de Alimentação Escola - PNAE.

QUAIS SÃO OS PASSOS PARA ACESSAR O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR?

1º passo: Elaboração do cardápio escolar

Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista, utilizando alimentos que respeitem as necessidades nutricionais, a cultura alimentar local, a diversificação agrícola da região e que sejam sustentáveis. Os cardápios deverão oferecer, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana. Os responsáveis por essa etapa são os nutricionistas.

» O que devem fazer:

Mapear os produtos da agricultura familiar local na Secretaria Municipal de Agricultura, no escritório da Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural local ou nas organizações da agricultura familiar;



elaborar cardápios respeitando a cultura alimentar local, a diversidade e sazonalidade da produção da agricultura familiar da região; e informar à Entidade Executora (no caso, são as Secretarias Municipais de Educação/ Escolas) a demanda, especificando quais os produtos e a quantidade de cada um.

2º passo: Chamada Pública

As entidades executoras deverão publicar os editais de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para alimentação escolar em jornal de circulação local e na forma de mural em local público de ampla circulação e divulgar em seu sítio na internet, caso haja. Se necessário, devem publicar a chamada pública em jornal de circulação regional ou estadual ou nacional, em rádios locais e no sítio eletrônico da Rede Brasil Rural.

» O que devem fazer:

Respeitar os princípios da legalidade, impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência (artigo 37 da Constituição Federal); fornecer informações suficientes para que os fornecedores apresentem corretamente os projetos de venda: tipos de produtos, cronograma das entregas (periodicidade, início e fim do fornecimento, entre outros), locais das entregas e quantidades e ter uma chamada pública que deve sempre visar o interesse público.

Lembrete: Os alimentos podem ser adquiridos dispensando o procedimento licitatório nas seguintes circunstâncias:

- 1- impossibilidade de emissão de documento fiscal;
- 2- inviabilidade de fornecimento regular e constante dos alimentos;
- 3- condições higiênico-sanitárias inapropriadas.

3º passo: Preços de referência

Os preços de referência devem ser atualizados semestralmente e servirão de parâmetro para os valores dos produtos a serem adquiridos, demonstrando que o gestor pagou preços justos. O responsável por essa etapa é a Entidade Executora.

» O que deve fazer:

Informar-se nas Superintendências Estaduais da CONAB, ou nos outros executores do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, sobre os preços de referência praticados pelo programa. Nas localidades em que não houver PAA ou onde os preços de referência estiverem desatualizados, os preços de referência deverão ser calculados com base em critérios definidos a partir do valor gasto no ano para compra da Agricultura Familiar. Salientamos que vale como preço de referência os projetos do PAA do próprio município.

Compras de até R\$ 100.000,00/ano	Compras iguais ou superiores a R\$ 100.000,00/ano
Calcular a média dos preços pagos aos Agricultores Familiares por três mercados varejistas, priorizando a feira do produtor da agricultura familiar; ou os preços praticados no varejo, em pesquisa no mercado local ou regional.	Calcular a média dos preços praticados no mercado atacadista nos últimos 12 meses; ou os preços apurados nas licitações de compras de alimentos realizadas no âmbito da Entidade Executora, desde que estejam em vigor; ou os preços vigentes, apurados em orçamento, de no mínimo três mercados atacadistas locais ou regionais.

Atenção!

Os produtos da agricultura familiar para alimentação escolar não poderão ter preços inferiores aos pagos pelo Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF).

4º passo: Elaboração do Projeto de Venda dos Alimentos

É o documento que formaliza o interesse dos Agricultores Familiares em vender para a Alimentação Escolar. O Projeto de Venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar deverá ser elaborado pelo: grupo formal ou pelo grupo informal (assessorado pela Entidade Articuladora – que pode ser um órgão de assessoria técnica vinculada ao poder público ou às organizações sociais), sempre de acordo com a Chamada Pública. Devem assinar o documento o representante do grupo formal e os agricultores fornecedores do grupo informal. Os responsáveis por essa etapa: Agricultores Familiares organizados em grupo formal e/ou grupo informal.

5º passo: Recebimento de Projeto de venda dos Alimentos

A entrega do Projeto de Venda deve ser acompanhada da seguinte documentação de habilitação dos fornecedores:

- » **Grupos informais:** Extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) de cada agricultor participante, CPF e Projeto de Venda. A DAP pode ser solicitada junto ao órgão de extensão rural ou sindicato rural.
- » **Grupos formais:** Extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica, CNPJ, cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívidas Ativas da União, cópia do estatuto e Projeto de Venda.

Quem recebe os Projetos de Venda dos alimentos é a Entidade Executora.

6º passo: Seleção dos Projetos de venda

A seleção dos projetos de venda será realizada pela Entidade Executora e terão prioridade, nesta ordem, os projetos dos municípios, da região, do território rural, do estado e do país. O limite individual de venda por agricultor familiar é de R\$ 20.000,00 por DAP/ano. Os produtos da agricultura familiar devem atender o que determina a legislação sanitária, que normatiza o registro dos produtos e empreendimentos no Serviço de Inspeção Federal – SIF; no Serviço de Inspeção Estadual – SIE; no Serviço de Inspeção Municipal – SIM; no Serviço de Inspeção Vegetal/MAPA e na Vigilância Sanitária.



7º passo: Assinatura do Contrato

O contrato estabelece o cronograma de entrega dos produtos, a data de pagamento dos agricultores familiares e todas as cláusulas de compra e venda. O contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar sem licitação para a alimentação escolar deverá ser assinado pela Entidade Executora, pela cooperativa ou associação (grupo formal) e/ou agricultores familiares (grupo informal).

8º passo: Entrega dos produtos

O início da entrega dos produtos será de acordo com o cronograma previsto no contrato. Quando isso ocorre, o representante da Entidade Executora e do grupo fornecedor deverá assinar o Termo de Recebimento da Agricultura Familiar, além da ciência da Entidade Articuladora, no caso dos grupos informais.

Esse Termo de Recebimento atesta que os produtos entregues estão de acordo com o contrato e com os padrões de qualidade exigidos. Documento fiscal exigido:

- » Nota do produtor rural (bloco do produtor) ou;
- » Nota avulsa ou;
- » Nota fiscal.

SERVIÇO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA DOS ALIMENTOS

Existem, no Brasil, vários serviços de inspeção e de fiscalização da qualidade sanitária dos alimentos. A responsabilidade de atuação de cada um desses serviços de inspeção está definida de acordo com o tipo de matéria prima principal que originam os produtos.

Para o caso dos empreendimentos de produtos de origem vegetal - exceto de bebidas, de vinagre e de embalagem de produtos padronizados (feijão, arroz, amendoim, canjica, farinha, polvilho, sagu, alho e soja) - a responsabilidade pelo controle da qualidade sanitária é da Vigilância Sanitária, ligada aos órgãos de saúde. Sendo que neste caso a maioria dos produtos de origem vegetal é dispensada de registro, mas não de fiscalização, de acordo com a Resolução do Ministério da Saúde nº. 23, de 15/03/2000. Assim, os estabelecimentos de produtos de origem vegetal devem fazer o cadastro antes do início da produção, junto ao órgão de saúde do seu respectivo município, através do preenchimento de um formulário específico.

Os empreendimentos de bebidas, de vinagre e de embalagem de produtos padronizados, devem ser registrados no Serviço de Inspeção Vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Com esse registro podem ser comercializadas em todo o território nacional.

Para o caso dos produtos de origem animal tem-se o Serviço de Inspeção Federal – SIF; o Serviço de Inspeção Estadual – SIE; e o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, ligados aos Órgãos de Agricultura dos governos federal, estadual e municipal, respectivamente.

No entanto, os empreendimentos de produtos de origem animal registrados no SIM podem comercializar seus produtos apenas no território de seu respectivo município. Os empreendimentos de produtos de origem animal inspecionados pelo SIE podem comercializar seus produtos dentro de seu respectivo Estado. Já os empreendimentos de produtos de origem animal inspecionados pelo SIF podem vender seus produtos em todo o território Nacional.

Atualmente, está sendo implementado um novo sistema de organização dos serviços de inspeção dos produtos de origem animal: o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA. A partir disso, todos os serviços de inspeção estaduais e municipais (SIE e SIM) poderão solicitar a adesão ao SUASA. Com essa adesão, todos os empreendimentos registrados no SIE ou SIM, poderão comercializar seus produtos em todo o país.

ATIVIDADE 6:

Com a orientação da educadora podemos fazer um trabalho em grupo a partir de um estudo de caso utilizando as tabelas no anexo do caderno e depois podemos socializar os resultados desse trabalho no grande grupo.

Estudo de caso

O CONTROLE SOCIAL E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR



Como fruto de reivindicações dos movimentos sociais organizados, foi garantida na Constituição Federal de 1988 a participação de organizações da sociedade na co-gestão das políticas sociais a partir da criação dos conselhos que são instâncias de negociação e pactuação das propostas institucionais e das demandas da comunidade.

Os conselhos existem nas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal, e têm como objetivo possibilitar a participação da sociedade civil organizada para zelar pela utilização dos recursos públicos e democratizar a gestão das políticas públicas.

blicos e democratizar a gestão das políticas públicas.

No caso da alimentação escolar existe o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que é um colegiado deliberativo de acompanhamento e assessoramento às entidades executoras do PNAE nas aplicações dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE, ou seja, a aprovação da prestação de contas da alimentação escolar passa pelos conselheiros. Ele é composto por 14 membros (7 titulares e 7 suplentes), distribuídos da seguinte maneira: 1 representante do Poder Executivo, 2 da área da educação, 2 representantes de pais de alunos e 2 representantes de entidades civis. Em caso de comunidades indígenas e quilombolas é garantida a participação de pelo menos 1 representante dessas comunidades.



ATIVIDADE 7:

Os conselhos são importantes espaços de intervenção social com a participação dos trabalhadores na efetivação das políticas públicas. Dessa forma, precisamos conhecer algumas ferramentas que auxiliam a qualificar nossa participação nestes espaços como, por exemplo, a apropriação dos cálculos de repasse do recurso do FNDE para os municípios fazerem a gestão do programa.



Em grupos, podemos fazer alguns **exercícios de cálculos** tendo como referência nossos próprios municípios. A base para o cálculo é a seguinte: n° de alunos X per capita X 200 dias letivos = recurso FNDE.

	Fundamental, Médio e EJA	Creche	Pré-escola	Indígenas e Quilombola	Mais Educação
Per capita*	R\$ 0,30	R\$ 1,00	R\$ 0,50	R\$ 0,90	R\$ 0,90
N° escolares					

* Valores atualizados no Diário Oficial da União do dia 15 de maio de 2012.

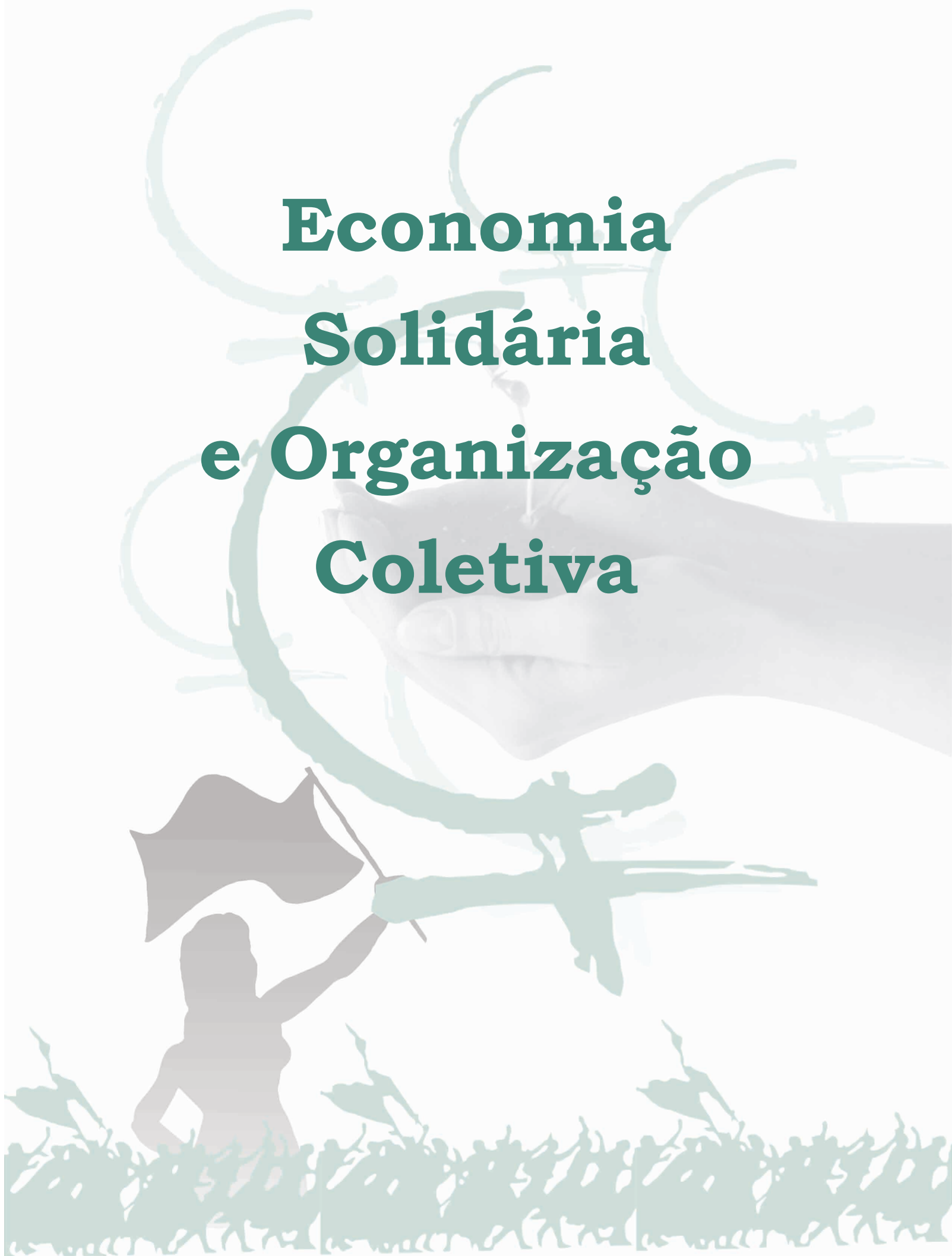


Nesse sentido, no próximo Eixo Temático, Economia Solidária e Organização Coletiva, poderemos nos dedicar à discussão e à construção de ações práticas que se destinem a fortalecer os coletivos das mulheres agricultoras com vistas a participar da construção de um projeto em favor da classe trabalhadora.

Para finalizar esse Eixo Temático, ressaltamos que os temas e conteúdos discutidos constituem-se em informações básicas para podermos avançar nas nossas práticas e organização coletiva, mas que requerem uma formação continuada com os grupos a fim de fortalecer e contribuir para o aprimoramento dos mecanismos de operacionalização das políticas públicas, a exemplo do PNAE.



Economia Solidária e Organização Coletiva





ECONOMIA SOLIDÁRIA E ORGANIZAÇÃO COLETIVA

No eixo temático **ECONOMIA SOLIDÁRIA E ORGANIZAÇÃO COLETIVA**, daremos continuidade ao debate sobre os princípios desse modelo de economia a partir das realidades dos grupos de mulheres participantes do projeto. Enfatizaremos nesta 2ª oficina a importância de construção de um projeto coletivo pautado na democracia, justiça, igualdade e equidade para o fortalecimento da organização coletiva, nas dimensões política, econômica e social por meio da cooperação e laços de solidariedade da classe trabalhadora.

Nesse sentido, com o objetivo de problematizar a competitividade e o individualismo presentes na sociedade contemporânea, buscamos levantar os desafios e possibilidades da organização de empreendimentos socioeconômicos em outra perspectiva, que valorize os saberes, experiências e anseios das participantes para a construção de uma Rede Solidária de Alimentação na Região do Cantuquiriguaçu e Paraná Centro.

Daí a importância do resgate da identidade da agricultura familiar, que afirma um modo de vida e de produção que tem na família o seu núcleo central. A partir desse núcleo organizam-se a produção, a educação e a vida social, sendo o bem estar das pessoas da família e da comunidade a preocupação principal.

Outra questão fundamental que discutiremos refere-se à organização das trabalhadoras rurais para o controle social e fortalecimento de políticas públicas voltadas à Economia Feminista e Solidária.

MATERIAIS A SEREM ABORDADOS:

- » Música: Cio da Terra, de Milton Nascimento e Chico Buarque de Holanda
- » Textos:
 - » Agricultura familiar e o mercado, qual?
 - » Pela nossa história podemos construir nosso futuro
 - » Economia solidária: a construção de um outro mundo possível
 - » Cooperativas, associações e grupos
 - » Trechos Vida de Grupo, de Madalena Freire.

TRABALHO E ORGANIZAÇÃO COLETIVA

ATIVIDADE 1:

A partir da música “Cio da Terra”, que descreve de forma poética o processo de trabalho, podemos realizar um debate em grupo sobre o significado do trabalho na terra para pensarmos sobre as possibilidades de uma Economia Solidária construída pel@s agricultor@s.

Cio da Terra

(Chico Buarque e Milton Nascimento)



Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão
Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel
Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão

Chuva de ideias:

» Após ouvir a música, que palavras vêm à mente para expressar o significado da terra para nós, agricultoras. Anotar as palavras levantadas no quadro abaixo:

ATIVIDADE 2: Estudos de textos

- » Durante o momento de estudos dos textos de apoio para ampliar as reflexões sobre as possibilidades de construção das Redes Solidárias de Alimentação, cada grupo pode escolher um texto e apresentar os debates e os principais pontos destacados pelo grupo para as companheiras dos demais grupos.
- » Montar um painel com os resultados do trabalho de cada grupo.

Subsídios para os debates:

Texto 1

AGRICULTURA FAMILIAR E O MERCADO, QUAL?

Um dos maiores desafios da agricultura familiar está na construção de uma nova concepção de mercado, rompendo com a concepção capitalista. Nessa, o mercado é o espaço da realização dos lucros e, pela forma como está implantado, está acima de qualquer controle social.

Pensar um novo mercado significa pensar uma nova visão da produção, adequada às condições e às perspectivas da agricultura familiar, uma nova concepção de distribuição, pensada a partir de processos de intermediação solidária, uma nova concepção de distribuição, uma nova concepção de consumo, o que pressupõe uma nova forma de relação com o espaço urbano, não apenas como comprador de produtos da agricultura familiar, mas de um processo de organização dos consumidores que tenha consciência da estratégia de construção de uma alternativa ao mercado capitalista.

Compreendemos que a relação com o mercado pode ser pensada a partir de bases solidárias, organizando-se processos sociais que articulem na mesma estratégia as diferentes etapas do processo econômico produtivo, ou seja, organizar redes em bases associativas para a produção, para o processamento, para a comercialização, para o consumo, além de estimular e de consolidar os espaços locais e os regionais de comercialização e de abastecimento (feiras, organização de consumidores, redes de comercialização). Da mesma forma, para tanto precisa ser criada uma política pública de apoio a essas iniciativas, como o desenvolvimento de estudos socioeconômicos, disponibilidade de crédito e pesquisa agropecuária. Assim contribuir para estabelecer uma marca dos produtos da agricultura familiar, aproximar as relações entre os produtores e os consumidores, gerando estabilidade e garantia de venda, priorizar a produção de alimentos para ao consumo humano.

Além disso, existem os chamados mercados institucionais como alternativas a serem exploradas. Esses mercados estão relacionados às compras governamentais (nas três esferas de governo) e movimentam volumes elevados de alimentos que são destinados para os programas assistenciais (merenda escolar, alimentos hospitalares, distribuição de cestas básicas, PAA- Programa de Aquisição de Alimentos) como programas de segurança alimentar (estoques reguladores). Todos esses programas permitem uma articulação efetiva entre a produção e a distribuição da produção familiar.

Essa forma de inserção no mercado pode criar novas oportunidades de trabalho e de melhoria de renda à agricultura familiar, pode também, resgatar e reconstruir a solidariedade social e econômica entre povos, gerações, categorias, grupos sociais, além de possibilitar a constituição de bases políticas para a

construção de um projeto de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo, politicamente democrático e participativo, e ambientalmente adequado.

Texto 2

PELA NOSSA HISTÓRIA PODEMOS CONSTRUIR NOSSO FUTURO



A agricultura familiar e o campesinato existem e existiram quase sempre na história da humanidade.

Quais foram as bases de sua existência durante tanto tempo?

No entanto, não precisamos estudar toda a história da humanidade.

Podemos estudar a história de nossas famílias e nossas comunidades e ver quais os princípios fundamentais de sua sobrevivência e sustentabilidade.

Olhar as experiências de nossas famílias significa perceber onde acertaram e onde erraram em suas opções. Isso pode nos indicar um caminho mais seguro para pensar nossa vida.

Cada opção que se faz hoje tem consequências futuras. Os nossos antepassados também fizeram opções que refletiram no seu futuro e, de certa forma, somos resultado dessas opções.

O capitalismo quer nos convencer que devemos partir exclusivamente do presente e, a partir dele, definir nosso futuro. Para planejar nosso futuro eles nos colocam muitos instrumentos que apontam para seus princípios.

Podemos afirmar que o capitalismo não quer o desaparecimento da agricultura familiar, mas a quer submissa aos seus princípios e aos seus interesses econômicos.

Para o capitalismo, quanto mais moderna a produção, mais eficiente e produtiva. Aplicar insumos e usar equipamentos produzidos pelas empresas e produzir os produtos que eles têm interesse são fatores muito importantes. No entanto, temos que perceber que, quanto mais moderna uma unidade de produção, mais dependente ela se torna. Defendem que temos que nos especializar ao máximo na produção para poder competir. Isso leva à opção por monoculturas.

Para a agricultura familiar o processo deve ser ao inverso. Quanto mais diversificada a produção, menos dependente e submissa é uma unidade de produção.

MUDAR OS VALORES É ESSENCIAL

O capitalismo, através de sua filosofia que é denominada de liberalismo, quer nos convencer de que devemos ser empreendedores rurais. Também temos que romper com esse conceito, compreendendo que a vida no campo, como agricultores familiares, assume valores muito diferentes do empreendedorismo. No empreendedorismo os principais valores defendidos são: individualismo, competição, competitividade, eficiência, capacidade de inserção competitiva no mercado, etc. Centra-se no processo de produção, sem olhar para a vida. Prega a especialização e a monocultura como formas de inserção competitiva no mercado.



A agricultura familiar sofreu muitas influências do processo de modernização conservadora (Revolução Verde) que coloca a modernização do processo produtivo da agricultura como único caminho para a sustentabilidade das propriedades. As famílias romperam com sua cultura, assumiram a tecnologia de ponta para produzir, desconsideraram as questões mais elementares da qualidade de vida, tornaram-se dependentes do mercado para quase tudo, com a intenção de melhorar sua vida. No entanto, os últimos quarenta anos mostraram que a modernização serviu para excluir milhares de famílias do campo, jogando-as para a cidade.

Nossos valores devem ser diferentes: solidariedade, cooperação, mútua ajuda produção sem agressão do espaço natural, sem provocar a desestruturação do solo e do ambiente, a construção da máxima autonomia e do conhecimento, os agricultores familiares como sujeitos do desenvolvimento em sua unidade de produção e vida familiar, em suas comunidades, em suas entidades e em seu território. O foco não está na terra como espaço privado, mas como espaço de socialização e cooperação.

Texto 3

ECONOMIA SOLIDÁRIA:

A CONSTRUÇÃO DE UM OUTRO MUNDO POSSÍVEL

A economia solidária é uma outra maneira de produzir e vender sem o individualismo e a exploração entre os homens e mulheres.

Dentre os princípios gerais, temos a valorização social do trabalho humano; a compreensão da atividade econômica como uma forma de satisfazer plenamente as necessidades básicas de tod@s; a cooperação e a solidariedade; a relação respeitosa com a natureza e o reconhecimento do papel das mulheres como fundamental nesse como modelo econômico.

Como se organiza a Economia Solidária?

Existem diversos modelos de empreendimentos solidários (cooperativas, empreendimentos populares auto-geridos, associativismo, etc.)

Como criar um empreendimento solidário?

- » Primeiro é preciso ter, pelo menos um grupo de pessoas que solidariamente estejam dispostas e tenham alguns conhecimentos para a produção de algum produto possível de gerar renda;
- » É necessário estudar a viabilidade local e regional analisando os equipamentos e espaços disponíveis para verificar o que é necessário para implementar um empreendimento;
- » Analisar o impacto do produto na comunidade e na região;

As redes solidárias

Na sociedade em que vivemos, marcada pela concorrência capitalista, sabemos que é muito difícil um empreendimento dessa natureza ser viável isoladamente. Neste sentido, a organização de redes solidárias incorporando diversas experiências populares com finalidades comuns, com modelo de gestão democrático e solidário que possam construir uma identidade nos produtos produzidos, integrado ao desenvolvimento territorial, podem ser um grande avanço social para a comunidade como um todo.



Isto é, as redes podem se constituir a partir de experiências diversas, mas devem caminhar como um projeto comum. Para isso é preciso:

- » Ter um estudo de viabilidade, definindo o que se pretende desenvolver e o que há de comum e de diferente entre as experiências, pois é necessário respeitar os diferentes tempos e processos dos sujeitos para a construção coletiva;
- » Verificar se há condições dos produtos produzidos terem viabilidade econômica;
- » Definir a imagem que se quer associar aos produtos;

Uma das formas mais comuns de empreendimentos populares de Economia Solidária é a organização de cooperativas.

Para formar uma cooperativa é necessário que as pessoas interessadas estejam conscientes do que pretendem, de seu papel como dono e usuário da sociedade. É necessário uma organização coletiva de seus membros (em comitês, conselhos, núcleos ou comissões) para que as decisões sejam relevantes e representativas da vontade da maioria.

DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA



Para que haja um processo democrático, participativo e transparente, é necessário que os espaços coletivos se efetivem para assegurar que os associados:

- » participem de todas as operações do empreendimento socioeconômico;
- » recebam retorno de sobras apuradas;
- » examinem livros e documentos;
- » convoquem e participem de assembleias;
- » recebam esclarecimentos dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- » opinem e defendam suas ideias;
- » proponham ao Conselho de Administração, ou à Assembleia Geral, medidas de interesse do empreendimento socioeconômico;
- » votem nas eleições;
- » cumpram seus compromissos;
- » zelem pela imagem do empreendimento socioeconômico;
- » participem do rateio dos ganhos e das perdas.

POSSIBILIDADES E DIFICULDADES

A proposta da economia solidária é fruto de ações e lutas dos trabalhadores ao longo da história. Embora tenha sido popularizado na década de 1990, por conta de nossa difícil realidade no mundo do trabalho, é preciso que os valores dessa forma de organização socioeconômica sejam compreendidos para que possam ser criados novos empreendimentos nos quais as pessoas sejam de fato sujeitos do processo e colham igualmente os frutos do trabalho coletivo.

Isso requer que aqueles que estejam envolvidos nesse tipo de iniciativa tenham abertura para praticar novos valores e gerir um empreendimento de forma diferente das empresas capitalistas que conhecemos.

Na perspectiva da Economia Solidária, o coletivo exige um grupo forte, comprometido e solidário. Destacamos aqui alguns desafios a serem enfrentados:

- » É preciso ter consciência de que a construção de empreendimento é parte de um processo coletivo que, às vezes, não apresenta resultados imediatos;
- » Nas relações no interior dos grupos, é necessário respeitar os diferentes conhecimentos e experiências de seus membros a fim de construir estratégias nas quais cada um dê sua contribuição para o projeto maior;
- » É preciso adquirir conhecimentos sobre todo o processo de produção e gestão para assegurar a qualidade dos produtos e serviços prestados tendo em vista o reconhecimento social;
- » É preciso construir instrumentos que garantam uma gestão democrática, transparente e participativa, reinventando práticas a partir da realidade dos grupos.

Texto 4

COOPERATIVAS, ASSOCIAÇÕES E GRUPOS

A organização e a cooperação entre agricultores, seja formalizada ou informal, têm sido o melhor caminho para se viabilizar a agricultura familiar. Nesse aspecto, os agricultores têm se unido a partir de objetivos comuns em grupos, associações ou cooperativas. Estas formas organizativas nascem de diferentes necessidades. Articulando-se, associando-se uns aos outros e cooperando são meios para se atingir objetivos socioeconômicos. É uma forma de “os pequenos se tornarem grandes”, mas que também venham a se colocar como elemento estratégico de estruturas econômicas de uma nova sociedade, na qual os produtores da riqueza se apropriem coletivamente desta.

Portanto as cooperativas e associações podem ser importantes ferramentas para se pensar comercializações alternativas. Possibilitam dar economia de escala à produção e, desta forma, conseguir abastecer feiras, pontos de venda, mercados institucionais e outros canais, comercializando com nota fiscal, de forma legalizada. Além do que, possibilita obter um financiamento para a construção e a compra de equipamentos de uma agroindústria, por exemplo.

Resumindo, seguem as características básicas de uma associação e cooperativa, bem como as formas de associativismo:



	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
Finalidade	Representa e defende os associados. Não tem fins lucrativos	Presta serviços econômicos e sociais aos seus cooperados
Formação	Mínimo 2 pessoas	Mínimo 20 pessoas
Atividade	Promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses	Realiza atividade comercial: de produção e prestação de serviços
Recursos Financeiros	Taxas pagas pelos associados, não há rateio das sobras	Vindo das atividades realizadas e há rateio das sobras



Associativismo informal	Associativismo Formal
<ul style="list-style-type: none"> » Grupos de produção solidária » Grupos de ação comunitária » Redes 	<ul style="list-style-type: none"> » Associações: comunitárias de produtores, de mulheres, de jovens etc. » Cooperativas: de produção, de crédito, de comercialização, de profissionais autônomos, de consumo etc.

ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
<ul style="list-style-type: none"> » Nome da Entidade » Sede e logomarca » Finalidades e objetivos concretos » Se os associados respondem pelas obrigações da entidade » Atribuições dos órgãos internos (Conselho Fiscal, Conselho Administrativo, Diretoria, Assembleia de Associados) » Quem responde pela entidade » Como se dá a eleição para os cargos nos órgãos internos e o mandato de cada um » Tempo de duração » Como são modificados os Estatutos » Como é dissolvida a entidade » Em caso de dissolução, para quem vai o patrimônio 	<ul style="list-style-type: none"> » Nome, tipo de entidade, sede e foro » O nome da cooperativa não pode ser igual ao de outra já existente e a sede e o foro são o nome do município onde irá funcionar » Área de atuação » Definição do exercício social e do balanço geral » Objetivos sociais » Entrada e saída dos associados » Responsabilidade limitada ou ilimitada dos associados » Formação, distribuição e condições de retirada do capital social » Estrutura diretiva: quem responde juridicamente » Prazo do mandato dos dirigentes, do conselho fiscal e processo de distribuição » Convocação e funcionamento da assembleia geral » Distribuição das sobras e rateio dos prejuízos » Casos e formas de dissolução » Processo de liquidação » Modo e processo de alteração ou oneração dos bens imóveis » Reforma dos estatutos » Destino do patrimônio na dissolução ou liquidação

A agricultura familiar tem experiência em empreendimentos dessa natureza, tanto de cooperativas como de associações, em áreas da produção, da agroindustrialização, da comercialização e do crédito. Mas são muitos os agricultores – a maioria – que estão atrelados a grandes empresas de integração ou a grandes cooperativas convencionais, onde nas duas, não lhes é permitido participar das decisões.



Diante disso, pode ser um caminho de crescimento político, de viabilização socioeconômica das famílias agricultoras fazer discussões, analisar o contexto e tomar a iniciativa de criar uma cooperativa de pequeno porte, que construa uma economia sustentável e solidária a partir da afirmação cultural de ter na cooperação entre as pessoas um valor fundamental.

O importante é...



Buscar as formas de cooperação mais apropriadas ao contexto das famílias...

Sair do individualismo e do isolamento, tornando possível a comercialização dos produtos da agricultura familiar em sua diversidade, sem a intermediação de atravessadores e empresas que não valorizam o trabalho dos agricultores...

A união dos empreendimentos familiares em associações ou articulações, formais ou informais, pode contribuir, entre outras coisas, para:

- » Realizar estudos de viabilidade econômico-financeira e técnica;
- » Captar recursos de projetos;
- » Trocar informações e capacitar para o processamento, a qualidade e a padronização dos produtos;
- » Compartilhar infraestrutura em feiras, exposições/eventos e armazenagem de produtos;
- » Buscar conjuntamente suporte técnico, orientação e pesquisa com convênios e parceiras com órgãos do estado como universidades e institutos de pesquisa públicos;
- » Ampliar o conhecimento de técnicas de planejamento e gestão;
- » Buscar estratégias coletivas de acesso a crédito para capital de giro e inovação tecnológica, marketing e divulgação conjuntos;
- » Ter uma marca ou selo social;
- » Melhorar e ter força junto a certos fornecedores de insumos para obter preços mais baixos (a exemplo de vidros e embalagens, que pesam no custo e preço final dos produtos);
- » Ter economia de escala na comercialização e relação com empresas;
- » Operar uma estratégia de logística comum na distribuição dos produtos aos vários locais onde estão os consumidores;
- » Organizar e articular para influenciar e propor políticas públicas e mudanças nas legislações que afetam o setor.

ATIVIDADE 3:

Em grupos seria fundamental discutir a importância do grupo e a construção coletiva de um projeto. Para isso propomos como questão orientadora inicial:

- Na opinião do grupo, o que é preciso ter para se construir um projeto?

Como um projeto é algo coletivo, poderíamos também ler o trecho abaixo para contribuir nas reflexões em torno dos desafios de construção de um grupo.

GRUPO É ... GRUPO
A cada encontro: imprevisível.
A cada interrupção da rotina: algo inusitado.
A cada elemento novo: surpresas.
A cada elemento já parecidamente conhecido: aspectos desconhecidos.
A cada encontro: um novo desafio, mesmo que supostamente já vivido.
A cada tempo: novo parto, novo compromisso fazendo história.
A cada conflito: rompimento do estabelecido para a construção da mudança.
A cada emoção: faceta insuspeitável.
A cada encontro: descobrimentos de terras ainda não desbravadas...
Grupo é grupo...

Continuando nosso trabalho sobre a construção de um Projeto de Redes Solidárias de Alimentação, em grupo e com a orientação da educadora, podemos discutir e sistematizar no quadro abaixo:



<p>O QUE QUEREMOS?</p>	
<p>O QUE TEMOS?</p>	
<p>O QUE PRECISAMOS?</p>	

A CONSTRUÇÃO DO GRUPO

Um grupo se constrói através da constância da presença de seus elementos na constância da rotina e de suas atividades.

Um grupo se constrói na organização sistematizada de encaminhamentos, (...)

Um grupo se constrói no espaço heterogêneo das diferenças entre cada participante: - da timidez de um, do afobamento do outro; da serenidade de um, da explosão do outro; do pânico velado de um, da sensatez do outro; da seriedade desconfiada de um, da ousadia do risco do outro; da mudez de um, da tagarelice de outro; do riso fechado de um, da gargalhada debochada do outro; dos olhos miúdos de um, dos olhos esbugalhados do outro; de lividez do rosto de um, do encarnado do rosto do outro.

Um grupo se constrói enfrentando o medo que o diferente, o novo provoca, educando o risco de ousar.

Um grupo se constrói não na água estagnada do abafamento das explosões, dos conflitos (...)



ATIVIDADE 4: Dramatização

Tema: “UM DIA DE TRABALHO NUMA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE PANIFICADOS”



Desafio: O grupo deve contar uma história por meio de uma dramatização sobre os principais desafios ou problemas que um grupo pode encontrar no cotidiano de trabalho em uma cooperativa de produção de panificados e como estes podem ser superados.

Após a dramatização de cada grupo, é importante sistematizar os principais desafios levantados e as alternativas construídas.



VIDA DE GRUPO

Vida de grupo tem:

Alegria, riso aberto, contentamento, folia, concentração.

Medo, dor, choro, conflito, perda, desequilíbrio, hipótese falsa, pânico.

Entendimento, diferenças, desentendimentos, briga, busca, conforto.

Silêncios, fala escondida, berro, fala oca, grito, fala mansa.

Generosidade, escuta, olhar atento, pedido de colo.

Ódio, decepção, raiva, recusa, desilusão.

Amor, bem querer, gratidão, afago, gesto amigo de oferta.

No grupo corremos riscos para conhecer o outro e a si mesmo, aprendemos a assumir o que pensamos, o que falamos e o que fazemos.

Busca a construção de um sonho, no dia-a-dia, junto com os outros, a paixão de conhecer, aprender, ensinar e educar.

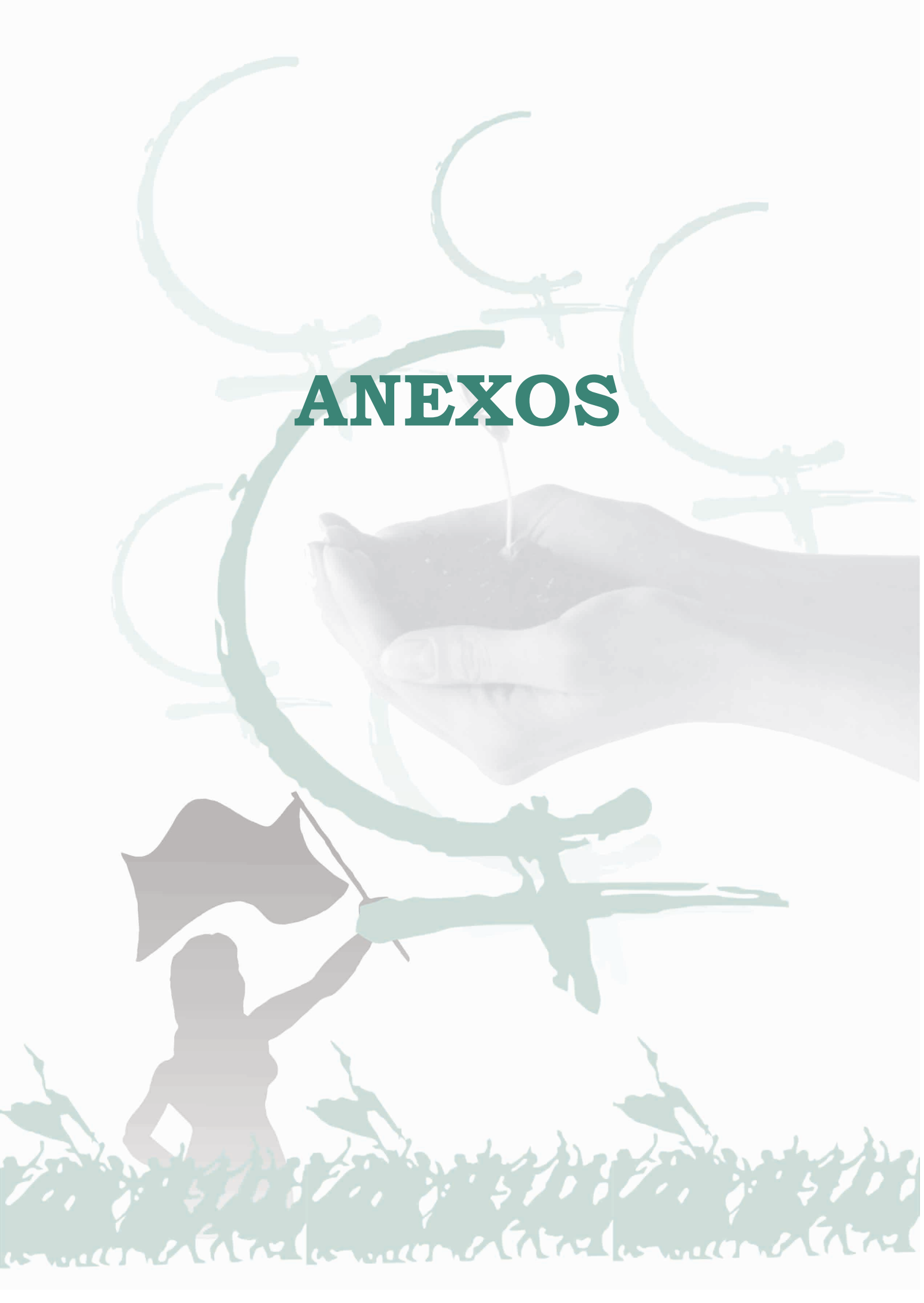
Fonte: Vida de Grupo, de Madalena Freire

ATIVIDADE 5:

Para finalizar esse Eixo Temático, todo o grupo poderia apontar ações concretas de como avançar numa perspectiva mais coletiva e organizada, as formas de participação e quais espaços que cada participante pode se inserir ou potencializar uma participação mais efetiva:

Espaços	Formas de participação	Necessidades para qualificar a participação
Sindicato		
Associação, Grupo de Mulheres etc.		
Conselhos Municipais (por exemplo, o CAE)		

ANEXOS





Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE ANEXO V (cont.)

II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXEUTORA DO PNAE/FNDE/MEC						
1. Nome do Entidade	2. CNPJ	3. Município				
4. Endereço	5. DDD/Fone					
6. Nome do Representante Legal		7. CPF				
III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES DE PRODUTOS						
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço/Unidade	6. Valor Total	
					Total Agricultor	
					Total Agricultor	
					Total Agricultor	
					Total Agricultor	
					Total Agricultor	
					Total Agricultor	
					Total Agricultor	
Total do projeto					Total Agricultor	



**TERMO DE RECEBIMENTO DA AGRICULTORA FAMILIAR
(MODELO)**

1. Atesto que (Nome da Entidade Fornecedora) _____
_____, CNPJ _____
representada por (nome do representante legal), _____
_____, CPF _____ recebeu em
____/____/____ ou durante o período de ____/____/____ a ____/____/____ do (s) nome (s) do (s)
fornecedor (es) _____ dos produtos abaixo
relacionados:

2. Produto	3. Quantidade	4. Unidade	5. Valor Unitário	6. Valor Total (*)
7. Total				

* Anexar notas fiscais ou recibos válidos

8. Nestes termos, os produtos estão entregues de acordo com o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e totalizam o valor de R\$ _____ (_____)

Declaro ainda que o (s) produto (s) recebido (s) está (ão) de acordo com os padrões de qualidade aceitos por esta instituição, pelo (s) qual (is) concedemos a aceitabilidade, comprometendo-nos a dar a destinação final aos produtos recebidos, conforme estabelecido na aquisição da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, aprovado pelo CAE.

_____, ____ de _____ de _____.

Representante da Entidade Executora

Representante do Grupo Fornecedor

Ciente: _____
ENTIDADE ARTICULADORA

